



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano 2023

Tp. Período Anual

Curso PEDAGOGIA

Disciplina PI0032 - POLITICAS E LEGISLACAO DA EDUCACAO BASICA

Carga Horária: 102

Turma PIN

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Transformações do capitalismo no Século XX e impactos sobre o padrão de intervenção do Estado: processos de elaboração e implementação das políticas públicas e da legislação educacional vigente no Brasil. Política e legislação referente à Educação Escolar Indígena.

I. Objetivos

Geral: Estudar as políticas educacionais contemporâneas e seus reflexos na educação básica nacional e a educação indígena

Específicos:

- Contemplar tensões entre instituições, movimentos e coletivos no cenário educacional brasileiro tendo como premissa a constituição do estado de direito.

- Analisar a legislação educacional brasileira e indígena com enfoque em seus avanços e contradições tendo como referencial a gestão democrática.

Articular conteúdos teóricos e práticos próprios do contexto de trabalho escolar.

II. Programa

Articular conteúdos teóricos e práticos próprios do contexto de trabalho escolar.

. Conceitos fundamentais de Ciência Política

Política

Sociedade

Estado

Governo

II. Conjuntura internacional e políticas educacionais

Organismos de regulação econômica e sua influência no planejamento e no financiamento da educação.

Mobilização social e participação popular nas políticas da educação indígena

III. Legislação educacional: avanços e contradições

A educação na Constituição Federal de 1988.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a educação indígena

Legislação educacional e organização curricular da escola indígena

III. Metodologia de Ensino

Aulas expositivas, leituras, elaboração de textos. Indicação de artigos científicos, que deverão ser lidos previamente pelos estudantes, possibilitando uma participação efetiva nos debates, referentes a cada unidade do programa. Serão realizadas aulas dialogadas, com a colocação de problemas a serem analisados incentivando o posicionamento dos estudantes e análise crítica das questões. Uso de metodologias diversificadas: discussão de problemáticas em grupos; apresentação de filmes; realização de seminários; pesquisas orientadas; realização de trabalhos em grupo, pesquisas bibliográficas. Análise de documentos escolares e de acontecimentos do cenário educacional à luz dos conteúdos estudados. Devido a Pandemia Covid/19 serão utilizados instrumentos e ferramentas remota via moodle, estabelecidos pelas instruções vigentes internas a universidade e por determinação do Estado.

IV. Formas de Avaliação

Ao longo do curso o aluno será avaliado de acordo com a especificidade das temáticas abordadas em sala por meio de instrumentos avaliativos como provas, trabalhos, fichamento, debates, seminários, trabalhos escritos; salientando que os acadêmicos realizaram as atividades avaliativas elencadas via participação remota, moodle de forma síncrona e assíncrona ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2003.

V. Bibliografia

Básica

BRASIL. LDB 9394. 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para escolas indígenas. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Parecer CNE/CEB nº 13/2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/CNE, 2012.

_____. Lei no. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03_Ato2011/Lei/L13005.htm. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

_____. CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica

Ano	2023	
Tp. Período	Anual	
Curso	PEDAGOGIA	
Disciplina	PI0032 - POLITICAS E LEGISLACAO DA EDUCACAO BASICA	Carga Horária: 102
Turma	PIN	

PLANO DE ENSINO

do mercado. Educação e Sociedade. Campinas, vol 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em <http://cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

FERNANDES, Florestan. Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual. São Paulo: Hucitec, 1994.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente. 2. ed. Ver. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

IANI, OCTAVIO. As origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. Ajuda externa para a educação brasileira. Da Usaid ao Banco Mundial. Cascavel: Edunioeste, 1999.

PERONI, Vera. Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

VIEIRA, Lerche Vieira. Política educacional em tempos de transição. Brasília: Plano, 2000.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação LDB: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

_____. Da nova LDB ao Fundeb. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAPELLI, Marlene L. S. Políticas educacionais do governo Lerner no Paraná (1995-2002). Cascavel-Pr: Gráfica Igol, 2003.

WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política. 2v. São Paulo: Ática, 2011.

VI. REFERÊNCIA

A) BÁSICA

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

BRASIL. LDB 9394. 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para escolas indígenas. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Parecer CNE/CEB nº 13/2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/CNE, 2012.

_____. Lei no. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03_Ato2011/Lei/L13005.htm. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

_____. CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educação e Sociedade. Campinas, vol 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em <http://cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

FERNANDES, Florestan. Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual. São Paulo: Hucitec, 1994.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente. 2. ed. Ver. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

IANI, OCTAVIO. As origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. Ajuda externa para a educação brasileira. Da Usaid ao Banco Mundial. Cascavel: Edunioeste, 1999.

PERONI, Vera. Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

VIEIRA, Lerche Vieira. Política educacional em tempos de transição. Brasília: Plano, 2000.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação LDB: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

_____. Da nova LDB ao Fundeb. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAPELLI, Marlene L. S. Políticas educacionais do governo Lerner no Paraná (1995-2002). Cascavel-Pr: Gráfica Igol, 2003.

WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política. 2v. São Paulo: Ática, 2011.

Complementar

ADRIÃO, Theresa & PERONI, Vera (orgs.). O público e o privado na educação. Interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo: Xamã, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. Revista Brasileira de Educação. v. 16, n.48, jan/abril 2011.

HIDALGO, Angela M.; SILVA, Ileizi L. F. (Org.) Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90. Londrina-Pr: EDUEL, 2001.

LIMA, Antonio Bosco. (org.) Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada. São Paulo: Xamã, 2004.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

SAES, Décio. Coronelismo e estado burguês: elementos para uma reinterpretação. In: SAES, Décio. Estado e democracia: ensaios teóricos. 2.ed. Campinas: IFCH, 1998. p.71-114.

SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia; EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2023	
Tp. Período	Anual	
Curso	PEDAGOGIA	
Disciplina	PI0032 - POLITICAS E LEGISLACAO DA EDUCACAO BASICA	Carga Horária: 102
Turma	PIN	

PLANO DE ENSINO

Inspetoria: DEPED/G
Tp. Documento: Ata Departamental
Documento: 07/2023
Data: 14/06/2023